



ASPECTOS DA RECEPÇÃO DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA EM HISTÓRIAS DE PORTUGAL DOS SÉCULOS XIX E XX¹

Ernesto Castro Leal

Professor da Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa
Investigador do Centro de História da
Universidade de Lisboa
castroleal@fl.ul.pt

*“António Vieira é uma mistura incomparável de
sonhador por conta de um Reino futuro
idealmente cristão e um não menos agudo
observador da realidade”.*

Eduardo LOURENÇO².

1. Questão prévia

O tempo em que o historiador produz a análise do passado é por vezes simultâneo com o tempo da sua envolvência ideológico-política militante, o que pode condicionar a construção crítica do discurso histórico, incorrendo na apologética ou na exautoração, isto é, em literaturas de justificação ou em histórias aplicadas. O risco seria a produção de uma história-tribunal ou de uma história-mestra da vida, de que falou Lucien Febvre, distantes

¹ Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre o tema: *Padre António Vieira – Ver, ouvir, falar: o grande teatro do mundo*, realizado em Lisboa, em Novembro de 2008.

² Eduardo LOURENÇO. “Do Império do Verbo ao Verbo como Império”. In: *JL-Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, n.º 978 (12 / 25 Março 2008): p. 16.

da história crítica enquanto estudo cientificamente conduzido³, em virtude do uso e abuso da História⁴ como lugar legitimador de discursos ideológicos, culturais, religiosos ou políticos.

Sendo o campo historiográfico estabelecido a partir de uma escolha, portanto de uma relação de valores, o fundo do problema para o historiador não é o de anular as ideologias que condicionam o tempo e o sujeito históricos, mas sim o de optar pela natureza do sentido a imprimir à compreensão histórica, tendo em vista, como refere Paul Veyne, reencontrar nos acontecimentos individualizados “uma espécie de generalidade ou mais precisamente de especificidade”, passando da “singularidade individual à especificidade, quer dizer ao indivíduo como inteligível (é por isso que ‘específico’ quer dizer ao mesmo tempo ‘geral’ e ‘particular’)”⁵.

No mundo diversificado das Histórias de Portugal de meados do século XIX a meados do século XX é fácil surpreender discursos de eruditos, de divulgadores e de historiadores que fixaram e comunicaram memórias elaboradas da experiência histórica portuguesa, sob matrizes ideológicas diversas (liberalismo, socialismo, republicanismo ou salazarismo), transportando para o presente uma clara intenção cívica e política. O Homem, ao vaguear pelo tempo-memória com finalidade interveniente, propicia um acto comunicativo que apela directivamente a uma cumplicidade partilhada.

Deste modo, a história ao ser interpretada e comunicada publicamente como historiografia permite a generalização de um mundo de atitudes e de valores que, ao propiciar a activação de um sistema de incitações interindividuais, pode criar uma área de opinião pública e um longo *efeito-écran* que distorce a percepção crítica e situada dos processos históricos, como foram os casos bastante paradigmáticos na cultura e na política

³ Lucien FEBVRE. “Viver a História”. In: *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, vol. I, pp. 37-58.

⁴ Moses I. FINLEY. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1989.

⁵ Paul VEYNE. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 74.

portuguesa de Antero de Quental, com a conferência *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos* (1871), consagrando o mito cultural da Decadência, radicado no catolicismo tridentino, e de Oliveira Martins, com o livro *Portugal Contemporâneo* (1881), inculcando, de facto, o mito político da Ditadura, radicado na rejeição do liberalismo individualista.

Se se verificar a generalização de um contágio socialmente alargado, a memória individual amplia-se em memória de grupo e até em memória da nação, recorrendo-se não raras vezes a dimensões mitificadas dos heroísmos (a reconquista cristã de Afonso Henriques) e das sagrações religiosas (o milagre de Ourique) e, nestas circunstâncias, tanto são significativas as evidências mitificadas ou históricas como os silêncios produzidos.

2. *Visões e versões*

A amostra escolhida incorpora a análise de algumas Histórias de Portugal, escritas por autores portugueses, de audiência assinalável na sociedade e na cultura nacional: (i) para o século XIX, da autoria dos liberais monárquicos Luís Augusto Rebelo da Silva e Manuel Pinheiro Chagas (professores do Curso Superior de Letras, de Lisboa) e do socialista organicista Oliveira Martins; (ii) para o século XX, do católico Fortunato de Almeida (professor de liceu e da Escola Normal Superior de Coimbra), do republicano moderado Damião Peres (professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e sua equipa de redactores (professores de várias Universidades e de vários Institutos Superiores), do antiliberal monárquico João Ameal (ensaísta histórico-filosófico neotomista), convertido ao Estado Novo, e do democrata socialista António Sérgio (ensaísta histórico-filosófico idealista crítico).

Entre a acção e o pensamento é difícil estabelecer uma separação e, por conseguinte, toda a realidade construída é relativa ao processo de selecção e escolha e ao mundo de motivações subjectivas do autor, por mais que ele esteja convencido da hipótese

da objectividade do discurso, que é sempre – o discurso – uma relação de inter-subjectividades. Mas pode-se questionar o processo e as motivações da selecção dos factos históricos convocados para o processo da sua interpretação histórica. São algumas lógicas das *versões* sobre o papel histórico desempenhado pelo padre António Vieira, radicadas nas diversas *visões* do mundo dos vários autores escolhidos, que, de seguida, se pretende elucidar. Revelam a vontade de, através da historiografia e de uma pedagogia histórica, contribuírem, sob diversos paradigmas políticos, para a construção da ideia de nação e da sua finalidade.

2.1. *Histórias de Portugal (século XIX)*

Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) tentou seguir o novo modelo historiográfico romântico e crítico do historiador Alexandre Herculano – a sua *História de Portugal* de grande nível científico não tinha ultrapassado o reinado de Afonso III –, com quem conviveu proximamente na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa, optando por estudar o período histórico moderno (séculos XV-XVIII), que pretendeu interpretar na *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* (5 tomos, 1860-1871), cujo título engana o leitor. Rebelo da Silva ficou nessa obra pelos finais do século XVI, com incursões nos primeiros anos do reinado de D. João IV, podendo considerar-se que se está perante uma análise da anterioridade histórica do seu objecto de estudo essencial e que a morte aos 50 anos impediu que se concretizasse.

Seguiu uma visão poliédrica e problemática da construção histórica, como Herculano, com um olhar analítico sobre as estruturas e as forças económicas, sociais, políticas ou culturais, avaliando os estudos realizados e usando novas fontes que a sua pesquisa nos arquivos revelara. Numa parte da obra, denominada de “Forças morais”, no capítulo sobre o “Estado das Ciências e das Letras”, Rebelo da Silva registou que o padre António Vieira tinha feito “a admiração da primeira metade do século XVII suspenso diante do púlpito, ou antes da tribuna, do alto da qual sua grande voz abrasava os

auditórios. [...] falando do céu, nunca tirava os olhos da corte e da cidade. A aula política era para ele o verdadeiro templo, e a eloquência sagrada, único meio de publicidade da época, a sua arma invencível”⁶.

A imagem que nos é transmitida registava, por um lado, o esmerado cultor da língua portuguesa – destacando o *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas Portuguesas* (Bahia, 1640), o *Sermão de Santo António*, mais conhecido por *Sermão de Santo António aos Peixes* (S. Luís de Maranhão, 1654) e o *Sermão do Bom Ladrão* (Lisboa, 1655) – e, por outro lado, o talentoso sacerdote jesuíta com fortes aspirações políticas, usando a oratória pública e a influência privada com enorme mestria e paixão, não conseguindo, segundo Rebelo da Silva, “resistir ao gosto da época, ao amor do paradoxo e à vaidade de ser tido por profeta”⁷.

O triunfo dos modelos eclesiásticos de ensino da Companhia de Jesus, quer nos seus colégios e nos de outras ordens religiosas, quer nos colégios da Universidade de Coimbra, representou, na visão de Rebelo da Silva, marcada pelo ambiente antijesuítico da época do liberalismo romântico e que continuaria depois, uma “declinação quase total dos estudos e do gosto”, impedindo por algum tempo a renovação da “república das letras” desde as bases até à cúpula, “secularizando a instrução, abrindo novos caminhos às ideias e à forma”, único processo eficaz, no seu entender, de combater a “corrupção literária”⁸.

A História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade concebida segundo o plano de Ferdinand Denis e por uma sociedade de homens de Letras (8 volumes, 1867-1874), foi continuada por Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) e pretendia ser uma obra de grande e popular divulgação histórica para a formação pedagógica do cidadão liberal. Representou a primeira História de Portugal, em edição

⁶ Luís Augusto Rebelo da SILVA. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, tomo V, pp. 296 e 298-299.

⁷ Luís Augusto Rebelo da SILVA. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p. 299.

⁸ Luís Augusto Rebelo da SILVA. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, pp. 302-303.

monumental para as classes médias, e exprimiu, dentro do ambiente de debate público mas sob o signo do consenso liberal regenerador, como afirmou Jorge Borges de Macedo, a “síntese optimista que se prolonga por dezenas de anos, aceita a continuidade garantida em sucessão e independência, não propriamente no melhor dos mundos, mas com o melhor dos resultados públicos”⁹.

A inscrição da actividade religiosa e política do padre António Vieira é quase totalmente devedora dos factos narrados pelo escritor brasileiro João Francisco Lisboa na *Vida do padre António Vieira* e pelo conde da Ericeira no *Portugal Restaurado*, seleccionando Pinheiro Chagas os momentos principais da sua história de vida que quer transmitir para comunicar os seus traços característico. Um deles, era a eloquência convincente e entusiástica dos sermões, quer no Brasil, quer em Portugal, transformando o púlpito em tribuna, onde proferia verdadeiros discursos políticos: “Isto deu-lhe sobre a corte e a opinião pública a influência que hoje pode obter um grande jornalista ou um eminente orador parlamentar”¹⁰. Junto de D. João IV aconselhou a guerra defensiva prolongada contra a Espanha, o que, para Pinheiro Chagas, era uma observação sábia, face aos escassos recursos militares portugueses.

Outra característica notável assinalada era o fino tacto político e diplomático, o que permitiu que ganhasse prestígio junto de D. João IV (seu desembargador supremo e amigo político mais íntimo, que o havia de abandonar ao exílio, segundo Rebelo da Silva) e influência junto de notabilidades da sociedade de corte, onde destacou o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva. Pinheiro Chagas chamou também a atenção para algumas propostas económicas, sociais e políticas sugeridas por Vieira: reduzir o fisco sobre os capitais judaicos, para evitar a sua fuga; criar companhias de comércio, à semelhança das holandesas (a companhia ocidental para explorar o comércio do Brasil surgiria em 1649);

⁹ Jorge Borges de MACEDO. “Da História ao Documento, do Documento à História. I-Histórias de um só Autor”. In: *Da História ao Documento, do Documento à História*. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, p. XXXIV.

¹⁰ Manuel Pinheiro CHAGAS. *História de Portugal: Popular e Ilustrada*. 3ª Edição. Lisboa: Empresa da História de Portugal-Sociedade Editora, 1901, quinto volume, p. 334.

acabar com a frágil navegação em caravelas, substituindo por navios de maior tonelagem; permitir a entrada de estrangeiros nos negócios, desde que fossem inimigos da Espanha; abolir a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos; reformar a Inquisição.

Não deixou Pinheiro Chagas de registrar algumas opiniões sobre o que considerou serem condutas políticas erradas de Vieira: a sugestão de compra de Pernambuco aos Holandeses, o que mostrou falta de previsão política e falta de sentimentos patrióticos¹¹ ou a aceitação de missões (sem carácter oficial) para vigiar os embaixadores portugueses em Paris e em Haia. Valorizou, contudo, as missões diplomáticas oficiais que fez a Paris, Haia, Roma e Madrid ou a estratégia comunicada a D. João IV, que esteve para ser realizada na regência de D. Luísa de Gusmão em 1660, de transferência da Corte para o Brasil, face à ameaça sobre a independência portuguesa por parte da França e da Espanha, após o tratado dos Pirinéus de 1659¹². A obra inseriu uma gravura do padre António Vieira que, na explicação final das gravuras do volume, averbou a qualidade de “extraordinária figura de homem, que foi um dos mais notáveis ornamentos da Companhia de Jesus”.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) publicou a sua *História de Portugal* (1879), dentro do plano de construção de uma Biblioteca das Ciências Sociais, cujos destinatários eram os estudantes do ensino secundário e o público em geral, contribuindo para um conhecimento histórico da vida portuguesa, inserida no espaço ibérico, daí a simultânea obra *História da Civilização Ibérica* (1879) que a acompanha, mas salvaguardando a nossa especificidade nacional. Reflectiu Jorge Borges de Macedo: “A *História de Portugal* de Oliveira Martins não deixa [...] de salientar ao lado de factores de decadência, uma autonomia orgânica e funcional de surpreendente profundidade. Para o compreender, é necessário aquele outro livro que a complementa e a diferencia, que é o *Portugal Contemporâneo* [1881]”¹³.

¹¹ Manuel Pinheiro CHAGAS. *História de Portugal: Popular e Ilustrada*, quinto volume, p. 386.

¹² Manuel Pinheiro CHAGAS. *História de Portugal: Popular e Ilustrada*, quinto volume, p. 410.

¹³ Jorge Borges de MACEDO. *Da História ao Documento, do Documento à História*, pp. XXIX-XXX.

Dentro dos factores de decomposição nacional, a partir de 1580, Oliveira Martins inseriu os modelos de educação dos jesuítas, que, segundo ele, tinham estagnado o florescimento cultural da Renascença, através da inculcação de uma doutrina (ensino e pregação) de submissão e de obediência sistemática. O rei D. João IV, “beato e mole”, e o povo, “macilento e inerte”, permitiram que “o Portugal restaurado de 1640 [fosse] como devia ser um bom filho da *Companhia* [de Jesus]: uma sombra apenas, fantasma sem fisionomia nem carácter, passivo, obediente, nulo, idiota e beato”¹⁴. O mito da conspiração jesuíta universal configurava na visão martiniana um dos fortes factores para explicar a degenerescência portuguesa desde finais do século XVI: “Esse programa de universal esterilização foi uma realidade em Portugal. O padre Vieira, exaltando o seu rei, acusando o castelhano nesse panfleto profético-político chamado a *História do Futuro*, exclama: Ah! se os reis e monarcas considerassem que as púrpuras que vestem lhas empresta Deus da sua guarda-roupa, para que representem o papel de reis enquanto ele for servido!”¹⁵.

A imagem transmitida do padre António Vieira estava condicionada por esta visão geral antijesuítica, mas tal não obstou a que autonomizasse o seu perfil e papel específicos. Segundo Oliveira Martins, Vieira tinha sido para D. João IV o que João das Regras fora para D. João I, o justificador messiânico do rei (agora na revelação do verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro “encoberto”), e o seu conselheiro essencial nas políticas públicas do novo Estado, enumerando as qualidades essenciais – “homem superior e forte que está à frente do Portugal de agora, o guia, o mestre, o fundador, multiforme na capacidade, omnímodo da acção, missionário e diplomata, financeiro e estadista, e por sobre isso filósofo, moralista e literato: nesse homem, que é o padre António Vieira, o jesuíta, apraz-nos ver, ao mesmo tempo, o espírito da *Companhia* nos meados do XVII século, e o génio da nação, formado no seio da Sociedade de Jesus, por ela educada, por ela restaurada a independência política”¹⁶.

¹⁴ Oliveira MARTINS. *História de Portugal*, 16ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1972, pp. 390-392.

¹⁵ Oliveira MARTINS. *História de Portugal*, p. 393.

¹⁶ Oliveira MARTINS. *História de Portugal*, p. 397.

Rei fraco, conselheiro forte, esta uma interpretação essencial de Oliveira Martins: “o padre Vieira tinha reinado em nome de D. João IV”¹⁷, até ao momento em que os jesuítas perderam algum poder na sociedade de corte com Afonso VI e o conde de Castelo Melhor, entre 1662 e 1667. Crítico da Companhia de Jesus, Oliveira Martins, apesar de reconhecer que Vieira era um homem de génio, não deixava de afirmar que ele era “ao mesmo tempo um representante do espírito nacional, ficou o tipo de Portugal restaurado, do Portugal jesuíta”, e a “doença nacional do Sebastianismo reverdecia na alma do padre sob a forma nova de um sonhado império, profetizado desde Isaías a David até S. Frei Gil de Santarém”¹⁸.

2.2. *Histórias de Portugal (século XX)*

No século XX, Fortunato de Almeida (1869-1933) foi o primeiro a escrever uma *História de Portugal* (1922-1929, 6 volumes) de grande divulgação, onde a sucessão dos factos se desligava das suas condições institucionais, vindo a ser brevemente suplantada pela *História de Portugal*, de características monumentais, dirigida por Damiano Peres. Devedor da reacção espiritualista católica ao racionalismo histórico anticlerical, Fortunato de Almeida incluiu na sua hermenêutica a necessidade de fundamentação documental diversa, recusando, na linha de Herculano, dar positividade história a algumas tradições míticas (milagre de Ourique ou Cortes de Lamego), que podiam funcionar ao nível do imaginário nacional mas não da historiografia. Contudo, não seguiu uma interpretação marcada pelas transformações estruturais na periodização histórica mas sim usou a tradicional divisão por reinados, no interior dos quais organizava uma narrativa em torno de tópicos essenciais.

A recepção do padre António Vieira será feita quando tratou dos escravos, do exército e da actividade económica, dentro do grande tema das instituições políticas e

¹⁷ Oliveira MARTINS. *História de Portugal*, p. 420.

¹⁸ Oliveira MARTINS. *História de Portugal*, p. 397.

sociais de 1580 a 1816, seguindo muito de perto, principalmente, as obras de João Francisco Lisboa e de André de Barros sobre Vieira, a obra do conde da Ericeira e as colectâneas de cartas e os estudos históricos de João Lúcio de Azevedo sobre Vieira e sobre os jesuítas no Grão-Pará. A primeira referência que surge era a justificação económica da escravatura negra, citando palavras de Vieira escritas numa carta ao marquês de Nisa em 12 de Agosto de 1648: “sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros”¹⁹. Complementando, de seguida, com a defesa que os missionários jesuítas fizeram, durante mais de dois séculos, da liberdade dos índios, que os donatários e seus colonos não respeitavam²⁰.

Por diversas vezes, Fortunato de Almeida referiu a campanha de Vieira a favor da liberdade dos índios, inclusivamente junto de D. João IV, que lhe teria prometido resolver a situação. Uma junta do Maranhão, de que fizera parte Vieira, determinou por lei que estavam livres bastantes índios, mas a sua sorte continuaria a mesma, vindo uma série de tumultos posteriores a obrigar à saída do jesuíta em Junho de 1654. A realidade era que, como se afirmava na obra, só no reinado de D. José, pela lei de 6 de Junho de 1755, se declarou estarem livres os índios do Maranhão e, somente através da lei de 8 de Maio de 1758, será estendida essa decisão aos índios de todo o Brasil²¹.

Valorizou também Fortunato de Almeida o papel de Vieira como conselheiro militar de D. João IV, denunciando práticas administrativas erradas no Exército e propondo tácticas militares nas guerras da restauração, sendo um defensor da presença de engenheiros jesuítas estrangeiros (padre holandês João Cosmander ou padre italiano João Torriano) para a construção de fortificações militares, ajudando a colmatar a nossa deficiente engenharia. Por fim, destacou o interesse que tinha posto na formação de companhias de comércio colonial.

¹⁹ Fortunato de ALMEIDA. *História de Portugal*. Coimbra: Edição do Autor, 1927, tomo V, p. 128.

²⁰ Fortunato de ALMEIDA. *História de Portugal*, p. 130.

²¹ Fortunato de ALMEIDA. *História de Portugal*, p. 141.

A grande referência historiográfica portuguesa, a partir de finais da década de vinte de novecentos, será a *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade* (1928-1935, 7 volumes; índices, 1937; suplemento, 1954), dirigida por Damião Peres (1889-1976), marcada genericamente por um espírito patriótico e nacionalista aberto ao mundo, onde colaboraram republicanos e monárquicos. Os seus autores eram quase todos profissionais no ensino superior português, defensores na generalidade de uma visão global da realidade nacional. Na opinião de Jorge Borges de Macedo, “marcou uma mudança de época na cultura histórica portuguesa. A *História de Portugal* de Damião Peres, conhecida como História de Barcelos, dado que a editora aí se situava, tem a marca de uma história individual pela consciência de destino que era precisamente o tema que estava em causa. Damião Peres, ao propô-la, não ignorava a luta para encontrar uma consciência de origem e finalidade de Portugal que constituía a essência e a finalidade da problemática histórica dos anos trinta”²².

Obra de síntese histórica erudita, devedora do programa da “escola metódica” de Charles Langlois e Charles Seignobos, visando a grande divulgação e profusamente ilustrada, abriu campo à renovação historiográfica dos anos 40 a 60 do século XX, sob o signo do programa da “escola dos Annales” de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, que culminou em parte no *Dicionário de História de Portugal* (1963-1971, 4 volumes), dirigido por Joel Serrão e na *História de Portugal* (1972-1973, 2 volumes), de A.H. de Oliveira Marques, elaborada esta com base num plano inicial onde participaram Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva.

Na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, as referências ao padre António Vieira apareceram no volume correspondente à época de 1640-1815, o que era compreensível, reproduzindo-se duas gravuras, uma publicada na obra *Arte de Furtar*, outra publicada na *Vida do Apóstolo Padre António Vieira*, de André de Barros. As

²² Jorge Borges de MACEDO. *Da História ao Documento, do Documento à História*, p. XXXVIII.

alusões a Vieira foram escritas por vários autores desta História de Portugal, sendo as principais respeitantes ao *Sermão de Santo António*, de 1642, onde se aconselhavam os nobres e os eclesiásticos a pagarem os impostos votados nas Cortes desse ano, às missões diplomáticas oficiais à Holanda, França, Itália e Espanha em 1646-1650 e à sua fidelidade à regente D. Luísa de Gusmão, após o golpe de Estado de Afonso VI e do conde de Castelo Melhor (escritas por Ângelo Ribeiro); ao conselho a D. João IV em 1643 para a fundação da Companhia do Brasil, criada em 1649 (escritas por Damião Peres); à condição de relevante orador, epistológrafo e escritor de viagens (escritas por Hernâni Cidade); ao contributo para o conhecimento da fauna, flora e etnografia do Brasil (escritas por Luís de Pina); e às importantes missões religiosas no Brasil em 1653-1661, salientando a necessidade de mão-de-obra escrava e o proselitismo da Companhia de Jesus (escritas por Jaime Cortesão).

Jaime Cortesão chamou a atenção para um grave erro político cometido por D. João IV, ao estipular na provisão de 21 de Outubro de 1652 a autorização dada ao padre António Vieira, como Superior das Missões, para fundar no Maranhão quantas igrejas e missões que achasse convenientes, concluindo: “Esta provisão, ditada, queremos acreditar, pelo humano e piedoso desejo de suavizar a sorte dos indígenas, enfermava dum excesso profundamente impolítico: colocava nas mãos de Vieira poderes discricionários que lhe permitiam chamar à Ordem [Companhia de Jesus] uma soberania sobre os indígenas que, em boa verdade, nunca deveria arrancar-se às mãos da autoridade civil. Criava-se assim um Estado dentro do Estado. Essa era, aliás, uma das tendências fundamentais da Companhia, que procurava afirmar-se por toda a parte e que lograra, como é sabido, o máximo das condições propícias no Paraguai”²³.

Dentro do mesmo ambiente comemorativo do 8º centenário da fundação da nacionalidade, que também celebrou o 3º centenário da restauração da independência –

²³ *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Direção literária de Damião Peres. Barcelos: Portucalense Editora, Lda, vol. VI, MCMXXXIV p. 703.

daí as comemorações oficiais do Duplo Centenário –, João Ameal (1902-1982), escreveu uma *História de Portugal* (1940), devedora de uma profunda pesquisa e reflexão histórica mas inserida no paradigma dominante do nacionalismo do Estado Novo, o que lhe deu, por vezes, um cunho ideológico acentuado. As qualidades comuns atribuídas Vieira estão aqui também presentes: glória da Companhia de Jesus, extraordinário orador, paladino do Portugal restaurado, eminente diplomata ao serviço de D. João IV, negociador de várias políticas estaduais²⁴. Atribuiu-lhe também a defesa da ideia de transferência da Corte para o Brasil em caso de ameaça de ocupação estrangeira de Portugal, identificando momentos em que essa ideia ocorrera: 1580, 1644, 1659, 1762, 1801, 1803, 1807.

João Ameal destacou o carácter providencial e a vontade própria a D. João IV, fundador da dinastia de Bragança – repetindo a ideia de António Sardinha dele ter sido o “segundo fundador da pátria portuguesa”²⁵ –, e considerou que foram escribas a mando do conde-duque de Olivares, que criaram a “triste lenda” do rei se deixar subjugar pelas influências da rainha D. Luísa de Gusmão e do padre António Vieira²⁶. Na análise das correntes de opinião na sociedade de corte após 1640, Ameal estabeleceu, o que noutras Histórias de Portugal já tinha aparecido, o choque entre dois grupos principais: o grupo de António Vieira, onde estavam o duque do Cadaval, o conde de Soure, o conde de Pombeiro e Pedro Vieira da Silva; e o grupo do conde de Castelo Melhor, com o conde de Atouguia e Sebastião César Menezes²⁷.

Por fim, neste breve itinerário, refira-se António Sérgio (1883-1969), com a sua *História de Portugal* (1929, edição castelhana), que teria uma edição crítica definitiva na *Breve Interpretação da História de Portugal* (1972), orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão. Seguimos esta edição crítica, que formalizou um ensaio histórico-filosófico sobre o destino de Portugal, imbuído de uma forte pedagogia cívica, e não uma obra de construção crítica da história

²⁴ João AMEAL. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940, pp. 443-446.

²⁵ João AMEAL. *História de Portugal*, p. 458.

²⁶ João AMEAL. *História de Portugal*, pp. 455-456.

²⁷ João AMEAL. *História de Portugal*, p. 470.

portuguesa, dentro da metodologia e da epistemologia do ofício de historiador.

Colocou problemas (a relação entre a terra e o mar ou entre os factores internos e os factores externos), usou conceitos instrumentais (a política da fixação e a política do transporte), apontou visões de conjunto (a incorporação e organização da metrópole, a expansão marítima e colonial e as tentativas de remodelação metropolitana após o triunfo do liberalismo) e pretendeu encontrar um fio condutor que ordenasse a construção e a evolução nacional (o carácter universalista português), sem deixar, por vezes, de se condicionar por preconceitos (o mito da decadência ou a superioridade dos estrangeirados).

O padre António Vieira era referido dentro da abordagem das questões político-religiosas do século XVII, que, segundo António Sérgio, foram uma das razões dos “germes da decadência” nacional, aí inserindo a Inquisição e os Jesuítas, cuja introdução datava de 1540: “O que, dos Jesuítas, mais repugna à consciência de hoje, é o ideal que se propuseram, os seus princípios de ordem política, o que havia de cadavérico, de formalista, de exteriorista, em suma, na sua maneira de encarar as cousas, – contrária, por natureza, a todo o progresso espiritual”²⁸. Pouco depois de se estabelecerem em Portugal, afirmou Sérgio, dominavam o ensino público, a Universidade de Évora, governavam nas famílias das classes altas, fiscalizavam a actividade intelectual ou desenvolviam um forte proselitismo missionário.

Referiu quatro jesuítas relevantes: S. Francisco Xavier, apóstolo das Índias, padres Anchieta e Nóbrega, no Brasil e “o grande Padre António Vieira, [homem] político activíssimo, orador [de imaginação] arquipujante, prosador dos maiores da nossa língua”, atribuindo-lhe uma qualidade de sábia antecipação: “As minas [de ouro] desorganizaram a economia do Brasil, como previra António Vieira. Grande parte dos “moradores”

²⁸ António SÉRGIO. *Breve Interpretação da História de Portugal*. 7ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977, pp. 99-100.

acorreram a procurá-las, levando os seus escravos, que tinham ocupados nas lavouras. Os mantimentos faltaram, a vida encareceu”²⁹.

3. Reflexão final

Como se acabou de observar, a recepção do padre António Vieira nas mais relevantes em Histórias de Portugal, entre meados do século XIX e meados do século XX, escritas por autores portugueses, ora está inserida numa construção de literatura historiográfica, seguindo mais ou menos as regras metodológicas do ofício de historiador, disponíveis nos vários momentos históricos, ora serve para uma argumentação ideológica produtora de literaturas de justificação ao serviço, por vezes, de programações políticas. O mundo das relações entre história, ideologia e cidadania é um campo bem complexo. A ideologia serve para a história, como um dos contributos para pôr problemas e colocar hipóteses na organização do questionário historiográfico; a história serve para a cidadania, dotando-a com ferramentas de explicação e conservação do passado para intervir no presente com o fito no futuro.

Bibliografia

Fontes:

ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Coimbra: Edição do Autor, tomo V, 1927.

AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. *História de Portugal. Popular e Ilustrada*. 3^a Edição. Lisboa: Empresa da História de Portugal-Sociedade Editora, quinto volume, 1901 (1^a Edição, 1867-1874).

História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Direcção literária de Damião Peres. Barcelos:

²⁹ António SÉRGIO. *Breve Interpretação da História de Portugal*, pp. 100 e 118.

Portucalense Editora, Lda, volume VI, MCMXXXIV.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 16ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1972 (1ª Edição, 1879).

SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. 7ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977 (1ª Edição espanhola, 1929; 1ª Edição portuguesa, 1971)

SILVA, Luís Augusto Rebelo da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo V, 1871.

Estudos:

História da História em Portugal (sécs. XIX-XX). Organização de Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

CALAFATE, Pedro. “A mundividência de António Vieira”. In: *História do Pensamento Filosófico Português*. Direcção de Pedro Calafate. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 703-731.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *O essencial sobre o Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

MACEDO, Jorge Borges de. “Da História ao Documento, do Documento à História. I – Histórias de um só Autor”. In: *Da História ao Documento, do Documento à História*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, pp. VII-XLV.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. III, 1974.